

**No. 38001**

---

**Brazil  
and  
Romania**

**Agreement between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of Romania on cooperation in the fight against the production, the illicit traffic and the inadequate use of narcotics and psychotropic substances and the pharmacodependence. Bucharest, 22 October 1999**

**Entry into force: 10 July 2001 by notification, in accordance with article 8**

**Authentic texts: Portuguese, Romanian and French.**

**Registration with the Secretariat of the United Nations: Brazil, 2 January 2002**

---

**Brésil  
et  
Rommanie**

**Accord entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la Roumanie relatif à la coopération dans la lutte contre la production et le trafic illicite de stupéfiants et de substances psychotrope, contre leur usage inadéquat et la pharmacodépendance. Bucarest, 22 octobre 1999**

**Entrée en vigueur : 10 juillet 2001 par notification, conformément à l'article 8**

**Textes authentiques : portugais, roumain et français.**

**Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : Brésil, 2 janvier 2002**

[ PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS ]

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O  
GOVERNO DA ROMÉNIA SOBRE COOPERACÃO NA ÁREA DO COMBATE  
À PRODUÇÃO E AO TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E SUBSTÂNCIAS  
PSICOTRÓPICAS, AO USO INDEVIDO E À FARMACODEPENDÊNCIA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da Romênia  
(doravante denominados "Partes Contratantes"),

No espírito das relações de amizade e cooperação existentes entre os dois países;

Reconhecendo a importância da cooperação internacional na prevenção e no combate efetivo ao tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas;

Conscientes de que o uso indevido de entorpecentes e substâncias psicotrópicas constitui grave ameaça à saúde e ao bem-estar dos respectivos povos, além de ser um problema que afeta as estruturas políticas, econômicas, sociais e culturais de todos os países;

De conformidade com as previsões da Convenção Única sobre Entorpecentes (Nova York, 30 de março de 1961), assim como foi emendada pelo Protocolo de 1972 (Genebra, 25 de março), da Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas (Viena, 21 de fevereiro de 1971), da Convenção contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas (Viena, 20 de dezembro de 1988) elaboradas no âmbito das Nações Unidas, bem como de outros documentos internacionais sobre a matéria,

Acordaram o seguinte:

ARTIGO 1

1. As Partes Contratantes, respeitando as respectivas legislações e as convenções internacionais das quais são partes, manterão canais de cooperação na realização de programas conjuntos para:

- a) o combate à produção e ao tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas, a investigação das pessoas e das organizações implicadas nessas atividades;
- b) a prevenção do uso indevido dos entorpecentes e substâncias psicotrópicas e a reabilitação das pessoas farmacodependentes.

ARTIGO 2

1. Para atingir os objetivos referidos no Artigo 1, as Autoridades Competentes, designadas pelas Partes Contratantes no Artigo IV, obedecidas as disposições de suas legislações nacionais em vigor, desenvolverão as seguintes atividades:

- a) intercâmbio de informações sobre traficantes de entorpecentes e substâncias psicotrópicas;
- b) a troca de informações sobre programas de prevenção do uso indevido e tratamento dos farmacodependentes, assim como sobre o controle de precursores e substâncias químicas utilizadas na fabricação de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas;
- c) intercâmbio de legislação, documentação e publicações sobre pesquisas científicas nas áreas de interesse comum;
- d) intercâmbio de informações sobre registro criminal e sentenças de condenação pronunciadas contra narcotraficantes.

2. Todas as informações mencionadas serão fornecidas mediante solicitação específica dirigida à Autoridade Competente. As informações fornecidas terão caráter reservado, não podendo ser transmitidas a uma terceira parte, nem feitas públicas.

### ARTIGO 3

Com vistas à consecução dos objetivos do presente Acordo, os representantes das autoridades designadas pelas duas Partes Contratantes poderão reunir-se para:

- a) elaborar e propor às Partes Contratantes programas conjuntos nos domínios tratados neste Acordo; e
- b) avaliar o estado do cumprimento dos respectivos programas conjuntos de ação.

### ARTIGO 4

As Partes Contratantes designam como Autoridades Competentes para a coordenação das atividades previstas no presente Acordo:

Pela Parte brasileira:

- a) o Ministério das Relações Exteriores e a Secretaria Nacional Antidrogas.

Pela Parte romena:

- a) no domínio do tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas e do controle dos precursores, o Ministério do Interior;
- b) para a prevenção do uso indevido de entorpecentes e substâncias psicotrópicas e a reabilitação dos farmacodependentes, o Ministério da Saúde e o Ministério do Trabalho e da Proteção Social.

### ARTIGO 5

1. Para assegurar a ligação operacional, as Autoridades Competentes designarão, cada uma, um oficial de ligação, de cuja nomeação darão ciência mutuamente em um prazo de 30 dias a partir da data da entrada em vigor do presente Acordo.

2. Para concretização da cooperação prevista nos Artigos 1 e 2 do presente Acordo, as Autoridades Competentes concordam em avaliar, sempre que necessário, a execução do presente Acordo, e realizarão as consultas necessárias para aperfeiçoar sua aplicação.

3. Qualquer controvérsia que possa surgir da aplicação do presente Acordo será解决ada diretamente pelas Partes Contratantes.

#### ARTIGO 6

1. Qualquer das Partes Contratantes se reserva o direito de recusar o cumprimento de uma solicitação específica de informação, se considerar que um tal pedido poderia prejudicar sua soberania ou segurança nacional ou infringir a lei interna ou outras obrigações assumidas em acordos internacionais.

2. Neste caso, a recusa será notificada à outra Parte Contratante no mais curto prazo possível.

#### ARTIGO 7

As despesas incorridas na execução do presente Acordo serão reguladas de comum acordo entre as Partes Contratantes.

#### ARTIGO 8

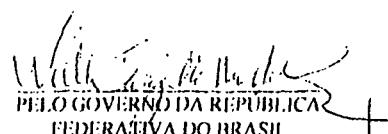
1. O presente Acordo entrará em vigor na data do recebimento da segunda comunicação por via diplomática, na qual se informa o cumprimento dos requisitos constitucionais e da legislação interna necessários para sua aprovação.

2. O Acordo permanecerá em vigor por 4 (quatro) anos, sendo prorrogado automaticamente por períodos iguais de 4 (quatro) anos.

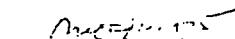
3. O presente Acordo será modificado por decisão mútua das Partes Contratantes. As emendas entrarão em vigor na forma do parágrafo 1 deste Artigo.

4. O presente Acordo poderá ser denunciado por qualquer das Partes Contratantes mediante uma notificação por escrito à outra Parte Contratante. A denúncia terá efeito 6 (seis) meses após a notificação sem prejuízo dos programas em implementação, que serão desenvolvidos até a data de sua expiração.

Feito em Bucareste em 22 de junho de 1999, em dois exemplares originais, cada um nos idiomas português, romeno e francês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá o texto em francês.

  
PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL

Wálter Fanganiello Maierovitch  
Secretário Nacional de Antidrogas

  
PELO GOVERNO DA ROMÉNIA

Mircea Muresan  
Secretário de Estado,  
Primeiro-Vice-Ministro do  
Ministério do Interior

[ ROMANIAN TEXT — TEXTE ROUMAIN ]

ACORD ÎNTRE GUVERNUL REPUBLICII FEDERATIVE A BRAZILIEI SI GUVERNUL  
ROMÂNIEI PRIVIND COOPERAREA ÎN COMBATAREA PRODUCERII SI  
TRAFCICULUI ILICIT DE STUPEFIANTE SI SUBSTANTE PSIHOTROPE,  
A FOLOSIRII INADECVATE SI A FARMACODEPENDENȚEI

Guvernul Republicii Federative a Braziliei

și

Guvernul României  
(denumite în continuare "Părți Contractante"),

În spiritul relațiilor de prietenie și cooperare existente între cele două țări,

Recunoscând importanța cooperării internaționale în prevenirea și combaterea efectivă a traficului ilicit de stupefiante și substanțe psihotrope,

Conștiente de faptul că folosirea inadecvată de stupefiante și substanțe psihotrope constituie o gravă amenințare pentru sănătatea și bunăstarea popoarelor respective și este o problemă care preocupă structurile politice, economice, sociale și culturale ale tuturor țărilor,

În conformitate cu prevederile Convenției Unice asupra Substanțelor Stupefiante (New York, 30 martie 1961), așa cum a fost modificată prin Protocolul din 1972 (Geneva, 25 martie), ale Convenției asupra Substanțelor Psihotrope (Viena, 21 februarie 1971), ale Convenției împotriva Traficului Ilicit de Stupefiante și Substanțe Psihotrope (Viena, 20 decembrie 1988), elaborate în cadrul Națiunilor Unite, precum și ale altor documente internaționale în materie,

Au convenit următoarele:

**ARTICOLUL 1**

1. Părțile Contractante, respectând legislațiile respective și convențiile internaționale la care sunt părți, vor menține canale de cooperare în realizarea de programe comune pentru:

- a) combaterea producerii și traficului ilicit de stupefiante și substanțe psihotrope, cercetarea persoanelor și a organizațiilor implicate în aceste activități;
- b) prevenirea folosirii inadecvate a stupefiantelor și substanțelor psihotrope și reabilitarea persoanelor farmacodependente;

**ARTICOLUL 2**

1. Pentru atingerea obiectivelor stabilite la articolul 1, Autoritățile Competente, desemnate de Părțile Contractante la articolul 4 vor desfășura, cu respectarea legislațiilor lor naționale în vigoare, următoarele activități:

- a) schimb de informații asupra traficanților de stupefiante și substanțe psihotrope;
- b) schimb de informații asupra programelor de prevenire a uzului inadecvat și tratamentului persoanelor farmacodependente, precum și asupra controlului precursorilor și a substanțelor chimice folosite la fabricarea stupefiantelor și a substanțelor psihotrope;
- c) schimb de legislație, documentație și publicații privind cercetările științifice în domeniile de interes comun;
- d) schimb de informații în legătură cu registrul de cazier judiciar și sentințele de condamnare pronunțate împotriva traficanților.

2. Toate informațiile menționate vor fi furnizate la solicitarea expresă adresată Autorității Competente. Informațiile furnizate vor avea caracter confidențial, nepublicând și transmisse unei terțe părți și nici făcute publice.

### ARTICOLUL 3

În vederea aplicării practice a obiectivelor prezentului Acord, reprezentanții autorităților desemnate de cele două Părți Contractante se vor întâlni pentru:

- a) a elabora și propune Părților Contractante programe comune asupra domeniilor tratate în acest Acord;
- b) a evalua stadiul de îndeplinire a respectivelor programe comune de acțiune.

### ARTICOLUL 4

Părțile Contractante desemnează ca Autorități Competente pentru coordonarea activităților prevăzute în prezentul Acord:

Pentru Partea Braziliană:

- a) Ministerul Relațiilor Externe și Secretariatul Național Antidroguri.

Pentru Partea Română:

- a) pentru domeniul traficului ilicit de stupefianți și substanțe psihotrope și controlul precursorilor, Ministerul de Interne;
- b) pentru prevenirea folosirii inadecvate a stupefiantelor și substanțelor psihotrope și reabilitarea persoanelor farmacodependente, Ministerul Sănătății și Ministerul Muncii și Protecției Sociale.

### ARTICOLUL 5

1. Pentru asigurarea legăturii operative, Autoritățile Competente vor desemna, fiecare, câte un ofițer de legătură, a cărui numire va fi comunicată reciproc în termen de 30 de zile de la data intrării în vigoare a prezentului Acord.

2. Pentru concretizarea cooperării prevăzute la articolele 1 și 2 ale prezentului Acord, Autoritățile Competente convin să evaluateze, ori de câte ori este necesar, îndeplinirea prezentului Acord și vor realiza consultările necesare pentru perfecționarea aplicării sale.

3. Oricice controversă ce poate apărea în aplicarea prezentului Acord va fi  
soluționată direct de către Părțile Contractante.

#### ARTICOLUL 6

I. Oricare dintre Părțile Contractante își rezervă dreptul de a refuza  
îndeplinirea unei cereri exprese de informație, dacă apreciază că o asemenea cerere  
ar putea prejudicia suveranitatea sau siguranța sa națională, ori ar încalcă legislația  
internă sau alte obligații asumate prin acorduri internaționale .

2. În acest caz, refuzul va fi notificat celeilalte Părți Contractante în cel  
mai scurt timp posibil.

#### ARTICOLUL 7

Costurile ocasionate de îndeplinirea prezentului Acord vor fi  
reglementate de comun acord între Părțile Contractante.

#### ARTICOLUL 8

I. Prezentul Acord va intra în vigoare la data primirii celei de a doua  
comunicări pe cale diplomatică, prin care se notifică îndeplinirea tuturor  
formalităților constituționale și a legislației interne necesare pentru aplicarea sa.

2. Acordul se încheie pe o durată de 4 (patru) ani și se prorogă automat pe  
perioade egale de câte 4 (patru) ani.

3. Prezentul Acord va putea fi modificat prin voînța comună a Părților  
Contractante, modificările urmând să intre în vigoare în condițiile prevăzute la  
paragraful 1.

4. Prezentul Acord va putea fi denunțat de oricare din Părțile Contractante  
printr-o notificare în scris către cealaltă Parte Contractantă. Denunțarea produce  
efekte după 6 (șase) luni de la data notificării, fără a prejudicia programele în curs de  
aplicare și care vor continua să fie derulate până la data expirării lor.

Semnat la Rio de Janeiro, ziua 22 luna Octombrie 1999, în două exemplare originale, fiecare în limbile portugheză, română și franceză, toate textele fiind egal autentice. În cazul unui eventual diferend de interpretare, prevalează textul în limba franceză.

*Walter Fagniello Maierovitch*  
PENTRU  
GUVERNUL REPUBLICII  
FEDERATIVAS A BRAZILIEI  
Walter Fagniello Maierovitch  
Secretário Nacional de Antidrogas

*Mircea Muresan*  
PENTRU  
GUVERNUL ROMÂNIEI  
Mircea Muresan  
Secretário de Estado,  
Primeiro-Vice-Ministro  
do Ministério do Interior

[ FRENCH TEXT — TEXTE FRANÇAIS ]

**ACCORD ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE  
FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA  
ROUMANIE RELATIF À LA COOPÉRATION DANS LA LUTTE  
CONTRE LA PRODUCTION ET LE TRAFIC ILLICITE DE  
STUPÉFIANTS ET DE SUBSTANCES PSYCHOTROPE, CONTRE LEUR  
USAGE INADÉQUAT ET LA PHARMACODÉPENDANCE**

Le Gouvernement de la République Fédérative du Brésil et  
Le Gouvernement de la Roumanie (ci-après dénommés "Parties Contractantes"),  
D'après l'esprit des relations d'amitié et de coopération existantes entre les deux pays;  
Reconnaissant l'importance de la coopération internationale pour la prévention et la lutte efficace contre le trafic illicite de stupéfiants et de substances psychotropes;  
Conscients du fait que l'emploi inadéquat de stupéfiants et de substances psychotropes constitue une grave menace pour la santé et le bien être des peuples respectifs et que c'est un problème qui préoccupe les structures politiques, économiques, sociales et culturelles de tous les pays;

En conformité avec les prescriptions de la Convention Unique sur les Substances Stupéfiants (New York, 30 mars 1961), telle qu'elle a été modifiée par le Protocole du 1972 (Genève, 25 mars), de la Convention sur les Substances Psychotropes (Vienne, 21 février 1971), de la Convention contre le Trafic Illicite de Stupéfiants et Substances Psychotropes (Vienne, 20 décembre 1988), élaborées dans le cadre des Nations Unies, ainsi que des autres documents internationaux en matière,

Ont convenu ce qui suit:

*Article 1*

Les Parties Contractantes, dans le respect de leurs législations respectives et des conventions internationales auxquelles elles sont parties, maintiendront des voies de coopération pour la réalisation des programmes communs pour:

- a) la lutte contre la production et le trafic illicite de stupéfiants et de substances psychotropes, l'investigation des personnes et des organisations impliquées dans ces activités;
- b) la prévention de l'usage inadéquat de stupéfiants et de substances psychotropes et la réhabilitation des personnes pharmacodépendantes.

*Article 2*

1. Pour atteindre leurs objectifs établis au Premier Article, les Autorités Compétentes, désignées par les Parties Contractantes à l'Article 4, dérouleront, dans le respect de leurs législations nationales en vigueur, les activités suivantes:

- a) échange d'informations sur les trafiquants de stupéfiants et de substances psychotropes,
- b) échange d'informations sur les programmes de prévention de l'usage inadéquat et le traitement des personnes pharmacodépendantes, ainsi que sur le contrôle des précurseurs et des substances chimiques employées à la fabrication de Stupéfiants et des Substances psychotropes,
- c) échange de législation, de documentation et des publications concernant les recherches scientifiques dans les domaines d'intérêt Commun,
- d) échange d'informations relatives au casier judiciaire et aux sentences de condamnation prononcées contre les trafiquants.

2. Toutes les informations mentionnées seront fournies sur la demande expresse adressée à l'Autorité Compétente. Les informations fournies auront un caractère confidentiel, ne pouvant pas être transmises à une tierce partie ni rendues publiques.

#### *Article 3*

Aux fins de l'application pratique des objectifs du présent Accord, les représentants des autorités désignées par les deux Parties Contractantes se rencontreront pour:

- a) élaborer et proposer aux Parties Contractantes des programmes communs sur les domaines traités dans cet Accord;
- b) évaluer le stade de l'accomplissement des respectifs programmes communs d'action.

#### *Article 4*

Les Parties Contractantes désignent comme Autorités Compétentes pour la coordination des activités prévues dans le présent Aceord:

Pour la Partie Brésilienne:

- a) le Ministère des Relations Extérieures et le Secrétariat National Antidrogues.

Pour la Partie Roumaine:

- a) pour le domaine du trafic illicite de stupéfiants et de substances psychotropes et le contrôle des précurseurs, le Ministère de l'Intérieur;
- b) pour la prévention de l' usage inadéquat de stupéfiants et de substances psychotropes et la réhabilitation des personnes pharmacodépendantes, le Ministère de la Santé et le Ministère du Travail et de la Protection Sociale.

#### *Article 5*

I. Pour assurer la liaison opérationnelle, chacune des Autorités Compétentes désignera un officier de liaison, dont la nomination sera communiquée réciproquement dans un délai de 30 jours après la date de l'entrée en vigueur du présent Accord.

2. Pour la matérialisation de la coopération prévue aux Articles 1 et 2 du présent Accord, les Autorités Compétentes conviennent à évaluer, chaque fois qu'il s'avère nécessaire, l'accomplissement du présent Accord et réaliseront les consultations nécessaires pour le perfectionnement de son application.

3. Toute controverse qui puisse apparaître dans l'application du présent Accord sera résolue directement par les Parties Contractantes.

*Article 6*

1. Chacune des Parties Contractantes se réserve le droit de refuser l'accomplissement d'une demande expresse d'information, si elle apprécie qu'une telle demande puisse porter des préjudices à sa souveraineté ou à sa sûreté nationale, ou enfreindre la législation interne ou d'autres obligations assumées par des accords internationaux.

2. Dans ce cas, le refus sera notifié à l'autre Partie Contractante au plus court délai possible.

*Article 7*

Les frais occasionnés par l'accomplissement du présent Accord seront réglémentés de commun accord entre les Parties Contractantes.

*Article 8*

1. Le présent Accord entrera en vigueur à la date de la réception, par voie diplomatique, de la deuxième communication par laquelle on notifie l'accomplissement de toutes les formalités constitutionnelles et de la législation interne nécessaire à son application.

2. L'Accord est conclu pour 4 (quatre) ans et se proroge automatiquement pour des périodes égales à 4 (quatre) ans.

3. Le présent Accord sera modifié par la décision commune des Parties Contractantes. Les changements entreront en vigueur dans les conditions prévues au premier paragraphe de cet Article.

4. Le présent Accord pourra être dénoncé par chacune des Parties Contractantes, par une notification écrite adressée à l'autre Partie Contractante. La dénonciation produit des effets 6 (six) mois après la notification, sans porter des préjudices aux programmes en cours d'application et qui continueront être déroulés jusqu'à la date de leur expiration.

Signé à Buearest le 22 Octobre 1999, en deux exemplaires originaux, chacun en langues portugaise, roumaine et française, tous le textes faisant également foi. Au cas d'un éventuel différend d'interprétation, prévaudra le texte en langue française.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :

WÁLTER FANGANIELLO MAIEROVITCH  
Secretário Naeional de Antidrogas

Pour le Gouvernement de la Roumanie :

MIRCEA MURESAN  
Secretário de Estado,  
Primeiro-Vice-Ministro do Ministério do Interior

[TRANSLATION -- TRADUCTION]

AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF ROMANIA ON COOPERATION IN COMBATING ILLICIT PRODUCTION OF AND TRAFFICKING IN NARCOTIC DRUGS AND PSYCHOTROPIC SUBSTANCES, DRUG ABUSE AND DRUG ADDICTION

The Government of the Federative Republic of Brazil and

The Government of Romania

(hereinafter referred to as the "Contracting Parties"),

In the spirit of the relations of friendship and cooperation that exist between the two countries;

Recognizing the importance of international cooperation in preventing and effectively combating illicit trade in narcotic drugs and psychotropic substances;

Aware that the abuse of narcotic drugs and psychotropic substances poses a serious threat to the health and well-being of their own peoples and constitutes a problem that affects the political, economic, social and cultural structures of all nations;

In accordance with the provisions of the Single Convention on Narcotic Drugs (New York, 30 March 1961) as amended by the 1972 Protocol (Geneva, 25 March), the Convention on Psychotropic Substances (Vienna, 21 February 1971) and the United Nations Convention against Illicit Traffic in Narcotic Drugs and Psychotropic Substances (Vienna, 20 December 1988), all elaborated within the United Nations framework, and of other international instruments on the matter,

Have agreed as follows:

*Article 1*

With due respect for their respective laws and the international treaties to which they are party, the Contracting Parties shall maintain channels of cooperation in order to carry out joint programmes to:

- (a) Combat the illicit production of and trafficking in narcotic drugs and psychotropic substances, and investigate persons and organizations implicated in such activities;
- (b) Prevent the abuse of narcotic drugs and psychotropic substances and rehabilitate drug addicts.

*Article 2*

1. To achieve the objectives set out in article 1, the competent authorities designated by the Contracting Parties in article 4 below shall, subject to their existing national laws, engage in the following activities:

- (a) The exchange of information on traffickers in narcotic drugs and psychotropic substances;
  - (b) The exchange of information on programmes to prevent drug abuse and to treat drug addicts and on the control of precursors and chemical substances used in the manufacture of narcotic drugs and psychotropic substances;
  - (c) The exchange of legislation, documentation and publications concerning scientific research in areas of common interest;
  - (d) The exchange of information on criminal records and on sentences given to drug traffickers.
2. Any of the above-mentioned information shall be supplied by the appropriate competent authority upon receipt of a specific request. The information supplied shall be confidential and may not be transmitted to a third party or made public.

*Article 3*

With a view to the practical application of the objectives of this Agreement, representatives of the authorities designated by the two Contracting Parties may meet for the following purposes:

- (a) To draw up and recommend to the Contracting Parties joint programmes in areas covered by this Agreement;
- (b) To evaluate the status of such joint programmes of action.

*Article 4*

The Contracting Parties designate the following as the competent authorities responsible for coordinating the activities provided for in this Agreement:

For the Brazilian Party:

- (a) The Ministry of Foreign Affairs and the National Drug Control Department;

For the Romanian Party:

- (a) With respect to the illicit trade in narcotic drugs and psychotropic substances and the control of precursors, the Ministry of the Interior;

- (b) With respect to the prevention of abuse of narcotic drugs and psychotropic substances and the rehabilitation of drug addicts, the Ministry of Health and the Ministry of Labour and Social Solidarity.

*Article 5*

1. To ensure operational liaison, the competent authorities shall each designate a liaison officer, notifying each other of the appointment within thirty days of the date of the entry into force of this Agreement.

2. In order to cooperate effectively as envisaged in articles 1 and 2 of this Agreement, the competent authorities agree to assess the implementation of the Agreement whenever necessary and shall consult as needed to improve its application.
3. Any dispute which may arise concerning the application of this Agreement shall be resolved directly by the Contracting Parties.

*Article 6*

1. Each Contracting Party reserves the right to refuse to accede to a specific request for information if it deems that such a request might prejudice its sovereignty or national security or violate its internal law or other obligations it has assumed under international agreements.

2. In such a case, the other Contracting Party shall be notified of the refusal as soon as possible.

*Article 7*

Any expenses incurred in the implementation of this Agreement shall be settled by mutual agreement between the Contracting Parties.

*Article 8*

1. This Agreement shall enter into force on the date of receipt of the second communication through the diplomatic channel notifying that the constitutional and internal legal requirements for its approval have been completed.

2. The Agreement shall remain in force for four years and shall automatically be extended for further four-year periods.

3. This Agreement shall be amended by mutual decision of the Contracting Parties. Amendments shall enter into force under the same conditions as those set out in paragraph 1 of this article.

4. Either of the Contracting Parties may denounce this Agreement by a written notification to the other Contracting Party. The denunciation shall take effect six months after the notification but shall not affect ongoing programmes, which shall remain in operation until their date of expiry.

DONE at Bucharest on 22 October 1999, in duplicate originals, each in the Portuguese, Romanian and French languages, all the texts being equally authentic. In the case of any difference of interpretation, the French text shall prevail.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

WÁLTER FANGANIELLO MAIEROVITCH  
National Drug Control Secretary

For the Government of Romania:

MIRCEA MURESAN  
Secretary of State, First Deputy-Minister  
Ministry of the Interior

